



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS RELAÇÕES ENTRE EMPRESAS E ESCOLAS: O PROGRAMA PRÓ-MANANCIAS

Gabriel Lisboa de Melo

Universidade Estadual Paulista, lisboa.melo@unesp.br

Luciano Fernandes Silva

Universidade Federal de Itajubá, lufesilva@unifei.edu.br

1. INTRODUÇÃO

As catástrofes ambientais hodiernas suscitam questionamentos sobre as modificações das condições necessárias para a sustentação das diversas formas de vida em nosso planeta, inclusive a vida humana. Tais catástrofes podem ser associadas a um conjunto de práticas humanas que caracterizam o modelo de organização capitalista da sociedade. Esse sistema econômico é apontado como o principal propulsor de um processo de degradação do meio ambiente: a lógica capitalista tem como alicerce a exploração indiscriminada da natureza e do ser humano, cuja finalidade é satisfazer os interesses de grupos específicos da sociedade. Lidar com essas catástrofes ambientais, a fim de impedir a instauração da barbárie, requer a formação de sujeitos engajados politicamente (Stengers, 2015). Para isso, lançamos um olhar ao processo educativo, o qual consiste em uma prática social que pode subsidiar os indivíduos a questionarem as estruturas sociais, responsáveis por sustentar a lógica capitalista.

Tendo em vista o papel crucial do processo educativo formal em relação às catástrofes ambientais, devemos considerar o seguinte: o espaço escolar é atravessado por disputas que envolvem visões de mundo e interesses diversificados, como sociais, ambientais, políticos, econômicos e pedagógicos. Nesse sentido, alguns setores da sociedade, como o empresarial, podem enxergar nas escolas uma oportunidade para disseminar as suas crenças, valores e conhecimentos. Compreendemos que há uma profunda contradição nas ações desse setor, em particular quando tratam da temática ambiental. Isto é, no modelo capitalista, os empreendimentos têm como fim último a obtenção de lucro e isso implica na exploração indiscriminada dos recursos naturais e humanos. Dentro dessa perspectiva, é possível encontrarmos iniciativas de cunho educativo sobre a temática ambiental, pensadas no contexto empresarial e executadas nas escolas.

Na tentativa de compreender as relações entre empresas e escolas, podemos destacar alguns aspectos significativos. A princípio, no Brasil, existem legislações que regulamentam os empreendimentos com potencial de degradação ambiental, obrigando-lhes a delinear ações compensatórias (licenciamento ambiental). Algumas dessas práticas podem incluir a execução de ações ambientais nas escolas. Por outro lado, essa relação também pode acontecer de modo intencional e sistemático. Segundo Bagnolo (2012), mediante a justificativa do voluntariado, algumas companhias acessam o espaço escolar para se autopromover. O intuito é atender um público de consumidores preocupados com os problemas ambientais: esses indivíduos creem que a mitigação dos problemas ambientais pode se dar por meio de práticas de consumo de empresas engajadas com causas socioambientais. Nesse sentido, tais ações podem integrar projetos que visam redefinir a identidade das respectivas empresas. Ainda, Eaton e Day (2019) compreendem que algumas empresas Norte Americanas e Inglesas atuam nas escolas com a finalidade de materializar projetos políticos de manutenção do poder das classes dominantes. Nesses casos, a temática ambiental é utilizada como justificativa para ingressar nas escolas e disseminar os seus valores e fortalecer visões de mundo neoliberais.



Também chama a nossa atenção o fato de haver, no Brasil, empresas estatais atuando sistematicamente nas escolas. No estado de Minas Gerais, por exemplo, há o programa Pró-mananciais, o qual é gerenciado e financiado pela Companhia de Saneamento Básico de Minas Gerais - Copasa. Trata-se de uma parceria entre o governo de Minas Gerais e a Itaipu Binacional. As atividades iniciaram-se em 2017, inspirados no Programa Cultivando Água Boa, criado no ano de 2003, pela Itaipu Binacional. O Pró-mananciais executa diversos tipos de ações com foco na preservação do recurso hídrico, como o plantio de mudas, cercamento de nascentes e ações ambientais nas escolas. Desse modo, nos sentimos instigados a questionar: quais são as características das ações do Pró-mananciais nas escolas de educação básica? Para responder essa pergunta, foram propostos os seguintes objetivos: identificar e analisar as compreensões sobre a temática ambiental e o processo educativo de profissionais da educação e membros do programa Pró-mananciais que atuam em uma escola de educação básica, situada na Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa possui natureza qualitativa. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com 3 profissionais de uma escola educação básica (1 gestor, 1 especialista da educação e 1 docente de Ciências Biológicas) e 2 membros vinculados ao programa Pró-mananciais. Em adição, observamos reuniões promovidas no contexto do referido programa. Utilizamos o software Transkriptor para auxiliar na transcrição dos áudios e do Nvivo para a sistematização dos dados, tomando como base para a sua interpretação as técnicas da Análise de Conteúdo, na modalidade da Análise Temática (Bardin, 1995). Por se tratar de uma pesquisa de mestrado, foram respeitados todos os princípios éticos, com anuência do Comitê de Ética em Pesquisa.

3. RESULTADOS E ANÁLISES

A análise das transcrições possibilitou elaborar algumas considerações acerca das compreensões dos indivíduos entrevistados sobre a temática ambiental e o processo educativo. Com relação à temática ambiental, identificamos apontamentos referentes às origens do atual modelo de sociedade. Os entrevistados atribuíram às práticas humanas a responsabilidade por desencadear os problemas ambientais. Alguns indivíduos relacionaram o quadro ambiental presente ao modelo de sociedade capitalista. Todavia, foram tímidas e superficiais as críticas apresentadas, pois não houve a problematização do capitalismo em si e dos seus impactos reais ao meio ambiente. Ou seja, não se questionou o papel que o estilo de vida de alguns grupos da sociedade possui em relação à degradação ambiental.

Na perspectiva de enfrentar os problemas ambientais, identificamos compreensões calcadas em práticas preservacionistas, mediadas pela ciência e a tecnologia. Consideramos tais propostas reducionistas por supervalorizar o pragmatismo e o individualismo. Ou seja, eles assumiram que as ações pontuais, delineadas por cada indivíduo, como o plantio de uma muda e descarte correto do lixo, seriam relevantes para mitigar os processos de degradação do meio ambiente. A ciência e a tecnologia foram associadas a tais práticas a partir de uma compreensão reificadora da natureza, na qual se considerou os problemas ambientais passíveis de serem equacionados por meio da interferência humana.

Com relação ao processo educativo, a atuação da companhia na escola contribuiu na cristalização de consensos sobre a temática ambiental e o processo educativo, propriamente dito. Foram promovidos processos formativos diversos que envolveram toda a comunidade escolar. O programa fomentou palestras e cursos aos docentes, bem



como palestras, oficinas, feiras, excursões e gincanas para os estudantes. Enquanto a escola serviu como palco para a autopromoção da companhia, o processo educativo sofreu influências. Como exemplo, chamou a nossa atenção o fato de haver certo alinhamento nas compreensões de processo educativo entre os profissionais da educação e os membros do Pró-mananciais. É importante salientarmos que tais compreensões se distanciaram de perspectivas críticas de ensino, fundamentais para a formação de uma práxis política.

Cabe ainda destacar que os aspectos da práxis política, como cidadania, justiça socioambiental e democracia, foram marginalizados nas ações ambientais do Pró-mananciais. Quando esses aspectos foram mobilizados, identificamos compreensões simplistas. Como exemplo, podemos mencionar o emprego do conceito de participação: entendemos que para se construir um modelo democrático de sociedade, na qual todas as pessoas possam contribuir nas tomadas de decisões, sobretudo referentes às catástrofes ambientais, é fundamental haver o engajamento da população. No entanto, no contexto das ações do Pró-mananciais, embora a participação coletiva fora elencada como um dos pilares do programa, na prática, ela se restringiu a um corpo técnico. Entendemos que ações nessa direção pouco contribuem para formação para a práxis política dos estudantes.

4. CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as compreensões sobre a temática ambiental e o processo educativo de profissionais da educação e membros do programa Pró-mananciais que atuaram em uma escola de educação básica, situada na Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí. Tomamos como base as técnicas da Análise de Conteúdo para sistematizar e analisar as transcrições das entrevistas. Identificamos compreensões reducionistas e pragmáticas no que se refere à Temática Ambiental. Quanto ao processo educativo, identificamos haver certo alinhamento entre as compreensões dos profissionais da educação com os membros do referido programa, calcadas no estabelecimento de padrões de comportamentos socialmente aceitáveis. Notamos, também, que as ações ambientais da companhia, na escola, pouco contribuíram na formação dos estudantes para a práxis política. Nesse sentido, consideramos ser imprescindível que os profissionais da educação questionem as ações empresariais delineadas nas escolas, de modo a explicitar os reais interesses das empresas e os impactos à formação dos alunos. Por fim, é importante ampliar esta investigação, abarcando outras instituições de ensino básico do estado de Minas Gerais que possuem relações com Pró-mananciais, bem como investigar os programas conduzidos por empresas de outros segmentos.

REFERÊNCIAS

- BAGNOLO, C. M. Encontros e desencontros das empresas e escolas no território da educação ambiental. **Tese de doutorado** – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- EATON, E. M. e DAY N. A. Petro-pedagogy: fossil fuel interests and the obstruction of climate justice in public education. **Environmental Education Research**, v. 26, n4, p. 457-473, 2020.
- STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima**. Cosac & Naify, 2015.